

A recomposição dos espaços
The recomposition of spaces
La recomposición de los espacios

Georges Benko
Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne / CEMI-EHESS

Contato: mdlocal1@ucdb.br

Resumo: As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma nova reestruturação das escalas espaciais no planeta, numa recomposição provocada pela rápida evolução dos meios de transporte, de comunicação e de produção de bens e serviços. A esse processo dá-se o nome, no presente artigo, de “deslizamento de escala”. No patamar superior, criam-se ou fortalecem-se os blocos econômicos, tomando o aspecto inicial de mercados comuns e rumando, posteriormente, à organização em espaços política e economicamente unidos como é o caso da Europa; o patamar inferior da escala caracteriza-se pelo reforço das unidades territoriais em nível regional. Este artigo discute algumas das tensões decorrentes do “deslizamento de escala”.

Palavras-chave: Globalização; Desenvolvimento Local; Escalas espaciais.

Abstract: The final decades of the 20th century were marked by a new restructuring of space scales on the planet, in a rearrangement provoked by a rapid evolution of, communication, means of transport and the production of goods and services. This process, in this article is named, “scale sliding”. At the highest level, the economic blocks are created or strengthened, taking on the appearance, initially, of common markets and, afterwards, going in the direction of the organisation of spaces politically and economically united, as is the case in Europe; the lowest level of the scales is characterised by reinforcing territorial units at regional level. This article discusses the tensions resulting from this “scale sliding”.

Key Words: Globalization; Local Development; Space scales.

Resumen: Las últimas décadas del siglo XX fueron marcadas por una nueva reestructuración de las escalas espaciales en el planeta, en una recomposición provocada por la rápida evolución de los medios de transporte, de comunicación y de producción de bienes y servicios. A ese proceso se le llama, en este artículo, de “deslizamiento de escala”. En el nivel superior, se crean o fortalecen los bloques económicos, tomando el aspecto inicial de mercados comunes e tendiendo, posteriormente, a la organización en espacios política y economicamente unidos como es el caso de Europa; el nivel inferior de la escala se caracteriza por el refuerzo de las unidades territoriales a nivel regional. Este artículo discute algunas de las tensiones resultantes del “deslizamiento de escala”.

Palabras claves: Globalización; Desarrollo local; Escalas espaciales.

A recomposição dos espaços: o deslizamento da escala

Nas duas últimas décadas, os observadores – economistas, geógrafos, cientistas políticos – seguem a tendência de chamar nossa atenção sobre uma mudança, de dimensões consideráveis, que eu qualifico como um “deslizamento de escala”. Trata-se de uma recomposição dos espaços: os espaços clássicos – nos quais os sistemas econômico, social e político evoluíram praticamente ao longo de todo o século – estão se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo. Na escala superior, constata-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos, inicial e, freqüentemente, sob forma de mercados comuns, evoluindo, em seguida, rumo a espaços política e economicamente unidos como é o caso da Europa; o deslocamento rumo ao patamar inferior da escala caracteriza-se pelo reforço das unidades territoriais em nível regional. O nosso planeta tem assim quatro níveis espaciais pertinentes de análise: o mundial, o supra-nacional (blocos econômicos), o nacional (estados-nação) e o regional (local ou infranacional).

O fim da geografia?

Nós passamos, ao longo do último quarto do século XX, de um sistema econômico internacional a um sistema econômico global. Trata-se de uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e de interdependência. O antigo regime internacional era caracterizado pela soberania dos estados, a quem competia definir, entre outros, suas políticas monetárias e alfandegárias. A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os estados diluem-se, em uma certa medida, ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas entre elas por intercâmbios complexos feitos de competição e de colaboração.

Vários analistas, ao observarem o crescimento do intercâmbio em escala mundial em todos os domínios nessas duas últimas décadas, aventaram a hipótese de que o fim da geografia está próximo (O'Brien, 1992), assim como outros haviam previsto o fim da história (F. Fukuyama), o fim do trabalho (J. Rifkin), o fim dos territórios (B. Badie) ou, ainda, o fim dos estados-nação (K. Ohmae). De maneira indiscutível, a mundialização da

economia, sustentada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, assim como pelos transportes de alta velocidade, modifica as escalas territoriais ou, pelo menos, nossas relações ao espaço.

Essa abertura econômica recente é mensurável por intermédio do crescimento do comércio exterior. Em 1965, as exportações mundiais de bens representavam 6% do PIB mundial, e as importações 6,3%; em 1998, respectivamente 16,3% e 16%, segundo dados da ONU. Esses números são definidos em relação ao PIB que, ele próprio, cresceu significativamente em termos absolutos ao longo do mesmo período. É igualmente necessário observar que o comércio internacional de serviços teve um crescimento ainda mais rápido que aquele de bens. Em termos absolutos, nós não estamos longe de uma multiplicação por dez.

Contrariamente às hipóteses aventadas por muitos, o encolhimento do mundo revitaliza a geografia. Os efeitos de distância exercem uma influência considerável sobre a estruturação das relações econômicas e sociais. É claro que o tempo das Nações não terminou, e os Estados continuam exercendo um papel crucial em muitas áreas (notadamente na formação, nos equipamentos, nos transportes, etc.); mas, preso entre a dimensão local e a global, seu lugar na economia foi redefinido. Assiste-se, por um lado, a um movimento de internacionalização da atividade econômica em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais, a tal ponto que alguns não hesitam em aventar também a hipótese de um iminente desaparecimento do Estado soberano clássico, fundado sobre a noção de território, um dos três elementos constitutivos do Estado em direito internacional, ao lado do governo e da população; por outro lado, sublinha-se a intensificação do crescimento econômico de um certo número de regiões, reconhecidas como os motores da prosperidade mundial, e que dão origem a uma recomposição da hierarquia dos espaços produtivos. Essas regiões são, principalmente, metropolitanas.

Tais noções podem se sustentar a partir de alguns dados inquestionáveis: o produto da aglomeração de Tóquio é o dobro daquele do Brasil, o produto de Chicago equivale àquele do México (concentrado

majoritariamente na cidade do México) ou, ainda, o produto de Osaka excede em 25% àquele da Índia, e o de Seul é superior àquele da Indonésia. Globalização não significa, portanto, homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização. Grandes polos se constituíram, formando uma economia em oásis, ou seja, uma rede de regiões mais dinâmicas, que deixam atrás de si o restante do mundo. Pierre Veltz (1996) observa o crescimento de pequenas Nações, por vezes de Cidades-Estado, na hierarquia dos territórios prósperos, visto que tais regiões demonstram uma melhor reatividade que os grandes Estados, e que essas regiões dispõem das mesmas vantagens de acesso aos mercados.

As regiões, ou melhor, os territórios, tornaram-se, dessa maneira, fontes de vantagens concorrenciais. Ao longo dos anos 70 e 80, os Estados viram agravar-se seus déficits públicos, fato que os incitou a conduzir políticas de descentralização. A gestão de inúmeros bens coletivos locais, tais como a educação, a formação, as infraestruturas de transportes, as ajudas sociais foram, a partir de então e com frequência, regionalizados. Foi a ocasião de descobrir que a densidade das relações entre os atores locais (empresas, universidades, coletividades territoriais, sindicatos, etc.) pode exercer um papel determinante na competitividade das atividades econômicas.

Os distritos industriais – um conceito introduzido no início do século XX pelo economista britânico Alfred Marshall – estão, doravante, de retorno, tanto no campo de atividades quanto no de análises. Esses locais têm uma característica interna, uma personalidade regional, como dizia Vidal de la Blache, um dos pais da geografia francesa. A especificidade dos distritos industriais decorre de uma capacidade, no mais das vezes herdada de uma cultura antiga, em negociar modos de cooperação entre capital e trabalho, entre grandes empresas e fornecedores de produtos intermediários, entre administração pública e sociedade civil, entre bancos e indústria, etc. Como observa o economista Alain Lipietz, em Emília Romana (Itália) ou no Bade-Wurtemberg (Alemanha), dois polos de crescimento econômico, a estratégia do Partido Comunista ou da

Democracia Cristã consistiu em procurar um melhor compromisso social lá onde fosse possível negociá-lo, ou seja, em âmbito local: os altos salários, o melhoramento das condições de vida, a qualificação da mão de obra são a contrapartida à elevada competitividade das empresas dessas regiões.

As políticas de organização do território, tarefa do poder central até os anos 80, também foram delegadas às coletividades territoriais. O desenvolvimento local substituiu, doravante, o desenvolvimento comandado por cima, estatizado e centralizador, que caracterizou, na França pós-Guerra, os “trinta anos gloriosos”. Nesse país, o período foi o da redistribuição (a política do guichê, das ajudas e da instalação de equipamentos); hoje em dia, é o período dos projetos: “ajude-se, o Estado o ajudará”. “Não há territórios em crise, há somente territórios sem projetos”, declarava, já em 1997, o ministro francês da organização do território.

Essa perspectiva tornou-se obrigatória tanto em economia quanto em política. A consideração dos fatores locais nas dinâmicas econômicas aparece hoje como uma evidência e uma necessidade rigorosas. Trata-se, afinal de contas, de uma preocupação relativamente recente, que abre a via rumo à diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais. Os problemas atuais ligados ao “Projeto Corso” são originários da mesma família de reflexões. E não se trata de um problema exclusivamente francês: uma certa aspiração à autonomia é muito sensível também no Reino Unido, por exemplo, no que se refere à Escócia ou ao País de Gales.

Muito se escreveu também sobre a nova geopolítica de produção que começou a se cristalizar em torno dos vínculos entre os dois níveis espaciais de atividades econômicas – o local e o global. Na competição mundializada, as regiões e as localidades encontram-se, doravante, em situação de concorrência, mas esta última pode ser analisada em dois planos distintos. O primeiro é aquele definido pelo controle dos custos e da otimização dos fatores de produção. Os custos da mão-de-obra, os preços da energia, os juros e a fiscalidade são variáveis que, para um grande número de produções, torna as regiões indiferenciadas aos olhos

dos investidores. Pouco importa que um brinquedo seja oriundo de uma “montadora-maquiadora” na fronteira mexicana ou de uma zona econômica especial chinesa, pois somente os custos entram na linha de conta. Em compensação, as especificidades territoriais têm enorme importância em outros domínios econômicos. Nesse caso, as diferentes regiões não são nem um pouco intercambiáveis entre si. Uma diferenciação durável dos territórios, ou seja, uma diferenciação não suscetível de ser colocada em causa pela mobilidade dos fatores de produção, somente pode decorrer de uma especificidade dos territórios reconhecida como tal. Mesmo que se produzam excelentes vinhos espumantes na Califórnia, o champanhe não é um produto deslocalizável. Seu valor, como aquele de outras produções, está ancorado em um território, ele é o resultado daquilo que os geógrafos chamam um “meio”. Esse meio é criado em diversos domínios de produção: na informática, por exemplo, há, para os Estados Unidos, o Vale do Silicóne ou a Rota 128 (perto de Boston); para a França, há Sofia-Antipólis, Grenoble ou Toulouse. O bairro do Sentier, em Paris, continua a atrair o *prêt-à-porter*, e o quarteirão da rua Faubourg Saint-Honoré tem na alta costura a sua especificidade. Os exemplos são múltiplos quando os fatores decisivos de localização estão fora do mercado (não são quantificáveis), e os elementos qualitativos de um lugar são os que determinam as escolhas das empresas. A diferença é uma vantagem comparativa. Aquilo que se chama “atmosfera industrial”, segundo Marshall, está presente em todos os lugares, em cada território.

Nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes. A “glocalização”, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação a economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios prognósticos, os territórios – com suas especificidades – não foram apagados sob os fluxos econômicos da mundialização.

Um sistema triádico

Um novo mapa mundial da economia foi desenhado. Os espaços mais desenvolvidos do mundo estabeleceram-se sob a forma de um sistema de economias regionais polarizadas, construídas em torno de zonas metropolitanas centrais ou sob forma de regiões megalopolitanas como a Randstaad holandesa, como a fachada atlântica dos Estados Unidos, que vai de Boston à Filadélfia, ou, ainda, como a megalópole japonesa. Nesse mundo, dividido em tríades, constituem o centro nervoso do sistema mundial contemporâneo a Europa, a América do Norte e o Japão, tríade completada por espaços anexos que correspondem, de maneira esquemática, à África, à América latina e a uma parte da Ásia. Essa ossatura de base é mantida por vínculos comerciais e pelos fluxos de investimentos.

Uma ordem social hierarquizada toma assento em três níveis, uma estrutura baseada numa divisão tanto espacial quanto social. Essa divisão é ajudada pela rápida evolução tecnológica. No plano espacial, distinguem-se os líderes mundiais muito desenvolvidos (em termos técnicos e econômicos), os espaços recentemente industrializados (marcados por uma renda média e por uma fase tradicional de desenvolvimento) e os espaços subdesenvolvidos.

Mas essa tendência de abertura ou de desaparecimento das fronteiras entre as economias nacionais nos conduz em direção a um único sistema econômico de integração global. A questão da regulação de um grande número de problemas coloca-se nesse momento. A única instituição internacional que se assemelha a uma estrutura governamental é a ONU, marcada por inúmeras dificuldades em gerir o grande número de distintas situações no mundo. Diante da complexidade dos problemas (econômicos, sociais, políticos e culturais), diferentes tipos de instituições multiplicaram-se desde os anos 60. Algumas são muito conhecidas, pois suas ações são acompanhadas pela mídia; contudo, a grande maioria trabalha de uma maneira mais discreta sobre inúmeros pontos de detalhe que é preciso coordenar ou definir. Entre as instituições mais em vista, encontram-se a ONU, a UNESCO, a OCDE,

a CNUCDE, o FMI, o BIT, a FAO, o Banco Mundial, a OMC, ou as reuniões como o G7 ou Davos. Todavia, segundo as estatísticas do *Livro anual de associações internacionais* editado em Munique, foram recenseados, em 1998, mais de 5.600 associações internacionais e intergovernamentais, e quase 32.000 associações internacionais não governamentais, ou seja, houve uma multiplicação numérica da ordem de 25 vezes, desde 1960. Essas ONGs cobrem um leque muito amplo de atividades e interesses, indo da saúde à ecologia ou dos direitos cívicos às questões de desenvolvimento.

No mundo das relações sociais, a noção de “estruturação em tríade” também é aplicável, mas sob bases diferentes. As novas tecnologias conduzem a dois fenômenos contraditórios: por um lado, a globalização, ou seja, a interdependência no tempo e no espaço (aquilo que Jacques Attali chama de “conectividade”); por outro lado, a solidão. Esses fenômenos não são incompatíveis. Torna-se cada vez mais interdependente, mas, também, cada vez mais solitário nessa interdependência. Nós estamos em um mundo de “comunicação solitária” (Benko, 1988). Pode-se dizer que mundialização é uma justaposição de solidões conectadas.

No plano da organização social, a tecnologia vai dividir a sociedade em três grupos sociais. Primeiramente, um grupo composto de várias dezenas de milhões de pessoas que dispõem de meios de acesso a redes e à criação, pessoas que fabricam e manipulam as informações. Diante desse grupo, os nômades da miséria, na parte inferior da escala social, que se submetem às tecnologias e são obrigados a oferecer uma grande mobilidade para encontrar trabalho ou para sobreviver, em um grupo formado por aproximadamente um quarto da população mundial. Em terceiro lugar, uma enorme classe média, com esperança de agrupar-se à hiper-classe, mas receando escorregar rumo à pobreza e ao nomadismo planetário. Uma “sociedade afunilada em relógio de areia” está nascendo, conforme descreve Alain Lipietz. Essa classe média viverá cada vez mais no espetáculo fornecido pelos novos meios de comunicação; as economias culturais tornam-se as atividades de maior importância social (festas, esportes,

jogos, lazer, viagens – tanto no espaço quanto nas drogas). Para manter a ordem social, essas distrações são necessárias, visto que elas fazem esquecer a reversibilidade (ou a instabilidade) das trajetórias individuais e a precariedade, que se tornam regra geral.

Em conclusão, podem-se citar dois antigos Chefes de Estado franceses, Charles de Gaulle que dizia: “O esforço multiseccular que foi durante muito tempo necessário ao nosso país para a manutenção de sua unidade, malgrado as divergências das províncias que lhe foram sucessivamente agregadas, doravante não se impõe mais. Ao contrário, são as atividades regionais que aparecem como a mola propulsora de sua potência econômica de amanhã”. A visão de François Mitterrand, expressa em 1981, é similar: “A França teve necessidade de um poder forte e centralizado para se construir. Ela tem necessidade, hoje, de um poder descentralizado para não se desconstruir”.

Desde um período recente, assiste-se a uma nova configuração das entidades territoriais. As uniões econômicas e as regiões tornaram-se conjuntos econômicos e políticos de pleno direito, por intermédio da edificação de uma nova estrutura da ordem coletiva. Essa situação requisita um novo modo de governança. Na Europa, as reformas institucionais estão em marcha. Penso que, no plano regional, o reforço e a formalização de novas estruturas de governança econômica são, certamente, possíveis a médio prazo, e não apenas unicamente na França. As regiões são coletividades de atividades interdependentes, cujos interesses econômicos são melhores realizados quando as formas institucionais de gestão e de coordenação locais estão em funcionamento. Os espaços regionais estão, igualmente, cada vez mais vulneráveis na competição e na tensão mundiais. Os Estados nacionais encontram-se tenazmente presos entre a constituição de grandes conjuntos econômicos (macroregiões supranacionais) e as crescentes exigências de uma descentralização imposta pelas atividades econômicas e políticas. Os Estados não têm mais a faculdade de sempre proteger suas regiões (infranacionais) ou de negociar em nome delas, em um mundo cada vez mais aberto e concorrencial.

Quatro forças combinam-se para usurpar o poder econômico dos Estados: o capital, a comunicação, os consumidores e as empresas multinacionais. Assim, Kenichi Ohmae interrogava-se nestes termos: “Os Estados-Nação tornaram-se dissonantes moribundos?”

Por fim, o renascimento dos meios locais e regionais na qualidade de núcleos da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida comunitária. A democracia e a cidadania tomam um novo sentido no contexto da sociedade local. A criação de novas identidades locais e de novas ações democráticas entra em perspectiva. A realização de uma nova visão política local gesta-se em relação com o novo contexto global. Como sugere o exemplo europeu, um dos valores mais exigentes é a coesão, ou seja, um desenvolvimento sustentável fundado sobre a solidariedade, uma ferramenta indispensável para construir uma grande Comunidade Européia (em várias escalas) mais forte, mais ampla, mais equilibrada e, portanto, melhor compreendida pelos povos que a compõem. Para obter sucesso é preciso passar de uma Europa abstrata a uma Europa política, social e economicamente coerente, cuja integração política é possível no âmbito de uma federação de Estados-Nação.

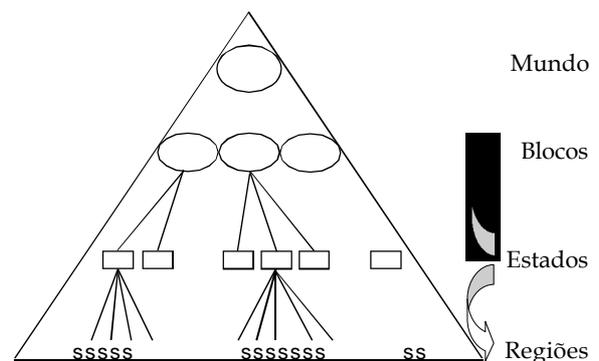


Figura 1: A transformação dos espaços: os blocos econômicos e as regiões exercem um papel cada vez mais importante na economia mundial.

Tabela 1: Recomposição dos espaços e evoluções sócio-econômicas (cf. K. Ohmae, 1995, revisto pelo autor).

Período Industrial (1850-1975)	Período Informacional (1975 - séc. XXI)
<ul style="list-style-type: none"> • Escala espacial dominante: Estado-Nação • Estados: atores essenciais da economia (dirigismo/centralização) • Centro de decisão: nacional • Soberania nacional • Barreiras alfandegárias • Economia centrada na produção e consumo nacionais • Iniciativas públicas • Organização do território em âmbito nacional e centralizado (“de cima”) (redistribuição) • Estados-Providência • Regulação social estável • Lógica econômica majoritariamente fordista • Crescimento fortalecido • Evoluções lentas <p>Espaços de referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Grã-Bretanha – Estados Unidos – Alemanha – Japão (a partir de 1950) 	<ul style="list-style-type: none"> • Escala espacial dominante: região e união econômica • Atores econômicos: capitais, empresas multinacionais, unidades territoriais (regiões) • Centro de decisão: supranacional e local • Soberania dos cidadãos • Abertura econômica (supressão de fronteiras)/internacionalização da economia • Economia baseada na informação e na comunicação / maior importância da inovação • Constituição de redes (“sociedade em redes”) • Organização do território baseada na iniciativa local (“de baixo”) • Regulação social “flexível” • Lógica econômica principalmente pós-fordista • Nova articulação: global/local • Evoluções rápidas <p>Espaços de referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Vale do Silicóne (São Francisco) / Orange County (Los Angeles) / Rota 128 (Boston) – Terceira Itália / Lombardia – Hong Kong / Taiwan – Ile-de-France / Toulouse / Grenoble – Irlanda / Escócia – Grandes Metrópoles (e “cidades globais”) <p>Etc.</p>

Artigo publicado originalmente em *Agir – revue générale de stratégie*, n. 5. Paris, set-nov 2000, p. 11-18. Tradução: Marcelo Marinho (UCDB). Revisão da tradução: Leila Christina Dias (UFSC).

Bibliografia

- BENKO, G. *Les Nouveaux aspects de la théorie sociale. De la géographie à la sociologie*. Caen, Paradigme, 1988, p. 123-137.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. *La richesse des régions*. Paris, PUF, 2000.
- GUIGOU, J.-L. État, Nation, territoire: la recomposition. In: *Futuribles*, n. 212, p. 21-34, 1996.
- LIPIETZ, A. *La société en sablier*. Paris, La Découverte, 1996.
- O'BRIEN, R. *Global Financial Integration. The End of Geography*. Londres, Pinter, 1992.
- OHMAE, K. *The End of the Nation state, Free Press e The Invisible Continent*. Nova Iorque, Harper Collins, 1995.
- SCOTT, A. J. *Les Régions et l'Économie Mondiale*. Paris, L'Harmattan, 2000.
- SIROËN, J. M. *La régionalisation de l'économie mondiale*. Paris, La Découverte, 2000.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF, 1996.